

ACERVO Originária do povo munduruku, a cabeça pertence ao Museu de Arqueologia e foi depositada em Etnologia para ser restaurada e estudada



Os nossos ossos deles

O tema das restituições das obras de arte e objetos etnológicos é um dos grandes debates do momento e, quando em causa estão despojos humanos, o assunto divide opiniões. O Expresso fez um levantamento dos remanescentes extraeuropeus que existem nos museus em Portugal



TEXTO
CHRISTIANA MARTINS



FOTOGRAFIAS
ANA BRÍGIDA



o século XIX, as Devesas eram a última paragem dos caminhos de ferro portugueses ao norte e Marciano Azuaga era o chefe da estação. Nasceu em Valença do Minho em 1838, sem berço notável, não tinha fortuna nem deixou descendentes que se conhecessem. Maçom, fez-se colecionador, foi condecorado com a Ordem de Cristo e criou em Vila Nova de Gaia o primeiro museu de entrada gratuita em Portugal. Amigo de figuras notáveis como José Leite de Vasconcelos, Azuaga foi comprando objetos históricos de vários continentes, desde organismos marinhos a azulejos holandeses e construiu uma coleção típica dos gostos da altura. Hoje abrigada no Solar dos Condes de Resende, no acervo destacam-se duas cabeças-troféu indígenas munduruku, com quase 200 anos. Dois exemplares de restos humanos.

Em 1904, um ano antes de morrer, Marciano Azuaga legou a sua coleção à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia porque queria que esta fosse estudada e conservada. Durante décadas, as peças ficaram encaixotadas num sótão da autarquia. E por mais que se tentasse, mantêm-se perguntas fundamentais: quem as trouxe para Portugal? Como vieram acondicionadas? Por que razão as quis Azuaga? O que sentiu na primeira vez que as viu?

Com grande valor simbólico e espiritual para os guerreiros que as obtivessem e preparassem após as batalhas, as cabeças fazem parte de um complexo ritual de confirmação de força e de prestígio. São peças que interpelam, impactam, de tal forma que se encontram fechadas nas reservas, à espera de serem expostas. “Uma das cabeças é o crânio de uma mulher caucasiana, de quem não se sabe mais nada. As duas cabeças aparecem referidas numa lista muito sumária, que não diz sequer quem fez as doações. Para já estão nas reservas, mas serão requalificadas, estudadas e, depois, expostas”, afirma João Fernandes, responsável pelo departamento cultural do Solar dos Condes de Resende.

O historiador explica que naqueles casos, a língua do morto é removida e substituída por uma corda para pendurar a cabeça ao ombro e que peças como aquelas servem como prova dos feitos heroicos em guerras. “Temos de olhar para estas peças do ponto de vista da pertinência museológica. O colecionismo do século XIX era violento, mas o que teria sido feito destas peças se não tivessem sido recolhidas? Também a questão da sua permanência nas reservas deve ser discutida”, afirma, defendendo, por exemplo, a

circulação destes remanescentes humanos entre várias instituições, inclusive para as regiões de onde são originários, o que, acredita, poderá ser uma forma de resolver o dilema que tem atingido a sociedade contemporânea: a quem realmente pertencem estes *human remains* e como lidar com eles?

Reconhecendo que “como objetos possam impressionar”, João Fernandes sublinha que estes elementos “não podem ser usados do ponto de vista sensacionalista”, mas insiste que “são peças importantes que têm de ser explicadas, desde a sua origem ao seu contexto, o que justifica a sua existência. É importante não encobrir o passado”, conclui o historiador.

As peças de Marciano Azuaga, o chefe da última estação de comboios no norte de Portugal, são exemplos de uma discussão sem fim à vista sobre os direitos e deveres de restituição de obras de arte e objetos etnológicos aos países originários, um debate que tem o ponto mais controverso na questão das restituições de remanescentes humanos nas comunidades de origem.

Para conhecer o que se passa em Portugal, onde a discussão se encontra mais atrasada do que em países como a Alemanha, França ou Bélgica, o Expresso contactou 47 instituições museológicas públicas nacionais, municipais e privadas para saber onde estarão estas peças. Entre os 46 contactados que responderam, foram encontrados remanescentes humanos em 21 instituições. Excluídas as relíquias religiosas ou aqueles oriundos da atual Europa, há oito com remanescentes humanos de zonas extraeuropeias.

Desde os museus nacionais de Etnologia, Arqueologia, História Natural e da Ciência de Lisboa, da Universidade de Coimbra, o Museu de Lagos, o Museu Arqueológico do Carmo, o Solar dos Condes de Resende, em Vila Nova de Gaia, e a Sociedade de Geografia, em Lisboa, todos têm peças que poderão ser consideradas passíveis de eventuais reclamações. Mais dois do que os que apareceram referidos no inquérito de 2021 realizado pela equipa portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Uma das instituições acrescentada à lista de há dois anos foi justamente a que abriga as cabeças-troféu colecionadas pelo chefe da estação das Devesas.

António Pinto Ribeiro, programador cultural e um dos principais especialistas na discussão das

restituições, explicou num artigo recente, intitulado “Restituição: o regresso do exílio”, que na Europa, e na sequência destas devoluções, estabeleceu-se um preceito fundamental sobre a restituição de remanescentes de pessoas negras ou indígenas, segundo o qual são considerados insepolto, “pelo que têm de regressar aos seus países de origem e não podem servir como objetos de exposição ou de estudos científicos”.

Recorda que, embora seja difícil ter acesso aos números reais, “um estudo de 2003 indicou que só os museus ingleses possuem os restos mortais de mais de 60 mil pessoas em 132 instituições, incluindo talvez 18 mil provenientes do estrangeiro” e que, “desde 2017 que o Governo australiano reclama a Londres os restos mortais de nativos”. E ainda que o “Museu de Etnografia de Leipzig devolveu à Austrália, em 2022, os restos mortais de seis corpos pilhados de coleções etnográficas”.

Em novembro do ano passado, um artigo do jornal norte-americano “New York Times” chamava a atenção para a existência de cerca de 18 mil crânios no Museu da Humanidade em Paris, incluindo os restos mortais de “chefes tribais africanos, rebeldes cambojanos e indígenas da Oceânia”. Muitos foram reunidos nas antigas colónias da França e a coleção também inclui os crânios de mais de 200 nativos americanos: “Guardados em caixas de papelão armazenadas em prateleiras de metal, formam uma das maiores coleções de crânios humanos do mundo, abrangendo séculos e cobrindo todos os cantos da terra.”

Portugal não tem nada semelhante em termos de dimensão. Ainda assim, o debate interno é incómodo e tarda em arrancar. O Ministério da Cultura, contudo, já reatendeu a gravidade do tema ao ter dado discretamente o pontapé de saída para a preparação das instituições nacionais para lidar com esta questão. Foi criado um grupo de trabalho informal que reúne os diretores dos museus de Antropologia, de Etnologia, de Arte Antiga e do Palácio Nacional da Ajuda. O assunto tem sido tratado com pinças, mas, questionado pelo Expresso, o gabinete de Pedro Adão e Silva confirmou a existência do núcleo de discussão, sublinhando ainda que, “no quadro deste processo de diálogo, espera-se em breve envolver outros profissionais de museus, bem como associações do sector”.

Também já foi criado o projeto Transmat – Materialidades Transacionais, que pretende fazer “a compilação e sistematização de dados académicos sobre a circulação de bens culturais e das suas implicações culturais, sociais e políticas”. No âmbito desta iniciativa, coordenada por uma investigadora da Universidade de Évora, foram identificadas duas peças problemáticas, uma taça indígena brasileira no Museu de Arqueologia e uma estatueta africana no Museu Municipal Santos Rocha, na Figueira da Foz.

“As leis de bens culturais de 2001 e de 2004 são completamente omissas e o inquérito de 2021 foi o primeiro passo sobre a questão do património extra-europeu e as coleções coloniais, mas devia ser feito um debate mais alargado para enquadrar a nossa história colonial”, afirma David Felismino, secretário da direção do ICOM. O especialista acrescenta que “os museus têm um papel pedagógico e a obrigação de serem o reflexo da sociedade contemporânea”, citando exemplos positivos por iniciativas já realizadas do Museu da Cidade, o Padrão dos Descobrimentos e a Fundação Gulbenkian como iniciadores deste debate.

Foram encontrados remanescentes humanos em 21 das 47 instituições museológicas públicas nacionais, municipais e privadas

TROFÉU Oriunda dos jívaros peruanos, a cabeça reduzida tem 11,5 centímetros e está preservada no Museu de Etnologia



No já referido texto de opinião publicado no “Público”, António Pinto Ribeiro explica ainda que “as reclamações de artefactos e restos mortais de origem colonial iniciaram-se no século XIX de forma esparsa e pouco conseqüente, mas começaram a ter conseqüências no século XX, nomeadamente a partir da convenção da UNESCO de 1970, que obriga à restituição dos objetos que foram trazidos ilegalmente das ex-colónias”. Nestes casos não é a existência de um pedido que obriga a devolução, mas a questão moral sobre a forma como as peças foram obtidas. Explica ainda que “o estudo destes testemunhos reforça que a maioria destas pilhagens fazia parte de projetos imperiais executados por missões militares respaldadas por missionários e etnólogos em disputa sobre as poses coloniais dos vários museus e governos imperiais como a Alemanha, o Reino Unido, a França, a Bélgica, os Países Baixos e Portugal, à sua pequena escala”. E recorda que “em 2020, a Assembleia-Geral da ONU adotou a resolução ‘Devolução ou restituição de bens culturais aos seus países de origem’ por consenso dos 193 países que a compõem. Mas, até hoje, as autoridades portuguesas têm-se escudado na ausência de pedidos de restituição como justificação para a inexistência de medidas preventivas, caso estes venham a surgir”.

O ritmo do debate em Portugal não acelerou, portanto, pese embora o número e a frequência das restituições entre vários países pareça aumentar, inclusive com Estados como o Vaticano a participarem do movimento internacional, com a decisão de devolver à Grécia três fragmentos do Pártenon que estavam em Roma desde o final do século XIX. Em Portugal, o aprofundamento do inventário precisa de ser acelerado. Poucas pessoas, mesmo na área, sabem que o Museu Histórico e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, localizado na Rua Portas de Santo Antão, por exemplo, guarda um dos mais interessantes acervos deste tipo: duas cabeças mumificadas da Amazónia, uma das quais reduzida, dois crânios e um esqueleto humano da América do Norte, que terão sido oferecidos à Sociedade nos finais do século XIX pelo Smithsonian Institution, informação dada ao Expresso pela própria diretora, Manuela Cantinho, que alertou, no entanto, para a necessidade de a procedência este último caso ter de ser confirmada.

Além destes exemplares, o Museu da Sociedade de Geografia, fundada em 1875, com o nome Museu Colonial e Etnográfico, possui ainda coleções de remanescentes humanos entregues em depósito no Museu Nacional de História Natural e da Ciência de Lisboa (MNHNC) desde 2006. A Coleção Antropológica Silva Telles e outras avulsas constituídas por: “Cabeças ósseas (111), fragmentos de crânios (7); mandíbulas (18); dentes (2); vértebras e fragmentos (53); sacros (4); omoplatas (10); clavículas (5); costelas (89); esternos (3); úmeros (36); cúbitos (31), rádios (37); ilíacos (26); fêmures (88); tíbias (70); perónios (28); calcâneos (5); taus (3), ossos das mãos (11) ossos dos pés (9), cabeças ósseas do Centro-Sul de África (5); clavícula de primata ? (1).” Coleções estas que tinham estado anteriormente em depósito no antigo Instituto de Investigação Científica Tropical. Nenhuma destas peças está exposta ou é passível de visitaçã ou de ser fotografada.

O MNHNC, contudo, é o exemplo de uma instituição nacional que já iniciou um processo interno de investigação sobre a identidade e o percurso de peças que possam ser consideradas problemáticas. A subdiretora Maria Judite Alves explica: “A discussão

está a intensificar-se, a nossa diretora é sensível a estes temas, tem havido reflexão interna. O que estamos a fazer é um levantamento do que temos e em que contexto foi obtido.” Alerta que “muitas vezes nem mesmo as comunidades originais sabem o que existe nem onde está preservado” e é também por essa razão que a instituição está a desenvolver estes estudos de proveniência, “que vão para lá da identificação geográfica”.

“É uma atitude interna, que analisa as rotas das missões, os textos dos diários escritos na altura, os comentários na parte de trás das fotografias, produzidos numa época em que era tudo Portugal, mas em que não eram todos portugueses iguais”, assume Maria Judite Alves, que não esquece de sublinhar o exemplo dos esqueletos moçambicanos que vieram para Portugal na primeira metade do século XX. “Esses esqueletos de Moçambique, por exemplo, vieram diretamente das morgues, nunca terão sido sepultados, devem ter ainda familiares vivos”, lamenta a investigadora.

Sem contar o material ósseo e osteológico reunido em território nacional em várias épocas e além dos crânios, reunidos entre 1897 e 1899 nos cemitérios de Luanda, Benguela e Cabinda, aquando da estada do geógrafo Francisco Xavier da Silva Telles (1860-1930) em Angola, o MNHNC tem estes três esqueletos reunidos por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior em 1949 no âmbito da Missão Antropológica de Moçambique, promovida pela Junta de Investigação do Ultramar.

Os esqueletos entraram no museu em 2015 na sequência da integração do Instituto de Investigação Científica Tropical na Universidade de Lisboa. Estão acondicionados em caixas colocadas sobre armários de metal, nas reservas do museu, com a recomendação “manter na horizontal”. Não são caso único: “Todos os diferentes acervos estão em reserva, apenas acessíveis para efeitos de investigação científica, mediante pedido devidamente fundamentado”, assegura Maria Judite Alves.

Falta ainda falar das fichas com gotas de sangue que estão guardadas num pequeno armário cheio de gavetinhas de madeira. São amostras para tipagem de grupos sanguíneos das missões antropológicas de Timor, Angola e São Tomé e Príncipe, recolhidas entre 1949-1958. As 16 mil amostras de sangue, com nomes, sexo, e as comunidades de origem e o tipo sanguíneo chegaram ao MNHNC em 2017. Estão devidamente acondicionadas e com todas as referências necessárias para identificar a origem. Mas, aparentemente, não podem ser utilizadas para pesquisas científicas. Apenas estão lá.

GUERRA E HONRA

Relevantes e raras são as duas cabeças-troféu que se encontram no Museu Nacional de Etnologia. Uma é peruana, oriunda dos jívaros, na região de Iquitos, fronteira com o Brasil. Trata-se de uma cabeça humana reduzida, com 11,5 centímetros, e como explica a ficha do arquivo Matriznet, tem “longos cabelos pretos lisos, apresenta os olhos cerrados e os lábios cosidos com fio de algodão, cujas pontas formam uma trança, que pende para lá da boca”. E diz mais: “As orelhas são ornamentadas com um par de brinços de penas de tons amarelos e vermelhos, que sobressaem para além do cabelo. A pele do rosto e do pescoço apresenta em tom castanho-escuro e penugem.” Impressiona pela dimensão reduzida e pela perfeição e qualidade da conservação. A outra é uma



cabeça-troféu munduruku, pertencente ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia, que foi depositada no Museu de Etnologia “para fins de profunda intervenção de restauro e investigação”.

A ficha da primeira cabeça-troféu explica ainda que “o costume de reduzir cabeças humanas deve ter sido muito espalhado entre os incas” e que, “embora não se tenham encontrado cabeças reduzidas nas escavações arqueológicas, são relativamente frequentes as referências literárias a elas, e a sua representação em desenhos têxteis e de cerâmica pré-colombiana”. A explicação do inventário é detalhada, ensinando aos leitores que o processo de redução das cabeças usadas pelos jívaros é complicado.

“Logo que a vítima é morta, o vencedor decepa-a pela base do pescoço, e leva a cabeça embrulhada em folhas para perto da sua maloca [habitação indígena]. Ali, sem deixar ninguém aproximar-se, faz uma fogueira e põe a ferver, numa panela com água, 20 tipos diferentes de plantas e raízes, que se compram a uma certa etnia da selva (apenas seis desses ingredientes são necessários, mas as gentes desse grupo fornecem 20, para não revelarem o segredo duma fórmula que só elas conhecem). Entretanto, com uma pedra lisa, esmigalha os ossos do crânio, que saem em esquilas pelo pescoço; e então mergulha a cabeça nessa

infusão, que está a ferver, e deixa-a lá cerca de dez minutos. Esta imersão tem como efeito operar a redução imediata da cabeça; e, além disso, a infusão impede que os cabelos se percam. Por vezes, repete-se a imersão, para reduzir mais a cabeça.” Foi adquirida pelo colecionador Victor Bandeira num antiquário em Paris e doada ao museu em 1970.

A segunda cabeça-troféu é “uma cabeça humana mumificada, com vestígios de tatuagem, de cabelo comprido, ornamentada com diadema em plumária, na base do qual de sobrepõe um friso de dentes, possivelmente de macaco, e pingentes de contas e penas”. De orelhas decepadas, tem “tufo de fios de algodão saindo dos orifícios auriculares, tal como na boca, desta saindo também um cordão pelo qual a cabeça podia ser transportada, às costas ou pendente de um cinto, como insignia do estatuto e do valor do guerreiro que o possuía, ostentando o inimigo morto em combate”. Foi incorporada no acervo do Museu Nacional de Arqueologia desde 1910, proveniente das “Coleções Reais”.

Como explicou ao Expresso Paulo Costa, diretor do museu, “ambos os objetos encontram-se acondicionados nas Galerias da Amazônia, as reservas dedicadas aos povos indígenas da América do Sul, não estando visíveis ao público”, tendo, contudo, sido as



MEMÓRIA No Museu Arqueológico do Carmo estão expostas duas múmias atribuíveis à cultura chancay, do século XVI

duas cabeças expostas no Museu de Etnologia em 1986 e em 2000.

Mais complexa é a situação do Museu de Ciência da Universidade de Coimbra. Contactado, o diretor Paulo Trincão respondeu ao Expresso que não havia no acervo remanescentes humanos. No entanto, no recém-criado Gabinete de Curiosidades, inaugurado há cerca de um ano, está exposta uma cabeça munduruku. Situação que já foi criticada pela historiadora Maria Isabel Roque no blogue “A.muse.art”: “Bem mais grave quando envolve questões éticas. Relevando outras questões pós-colonialistas e a presença de vários esqueletos humanos, a exposição da paxiuti-á, cabeça troféu mumificada pelos índios munduruku, entre animais taxidermizados, conchas e corais, é, no mínimo, muito perturbante.”

A autora cita, inclusive, o Código de Ética do ICOM, em que se refere que “os acervos de remanescentes humanos e de material de carácter sagrado devem ser adquiridos somente se os mesmos puderem ser conservados em segurança e tratados com respeito”, acrescentando mais adiante que “os restos humanos e os objetos sagrados devem ser expostos de acordo com as normas profissionais, levando em consideração, quando conhecidos, os interesses e as crenças dos membros da comunidade, grupos

religiosos ou étnicos de origem, com o maior tato e respeito à dignidade humana de todos os povos”.

Na Universidade de Coimbra encontra-se ainda, desde 1882 — como explicava num texto ainda de 2008 o investigador Ricardo Roque, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa —, uma polémica coleção de crânios humanos da ilha de Timor, com o objetivo de serem submetidos a um estudo antropológico. “A coleção não está exposta ao público, mas vem sendo regularmente utilizada para fins pedagógicos nas aulas de antropologia biológica devido à sua característica traumática mais marcante. Trata-se de cabeças humanas decapitadas. O que não se sabe, ou o que se sabe com incerteza, é qual a história da coleção.” Sobre estes remanescentes, António Pinto Ribeiro afirmou no artigo já citado esperar que “estes crânios sejam identificados e colocados à disposição do Governo de Timor para serem restituídos”.

Há casos menos complexos, como o das três múmias egípcias do Museu Nacional de Antropologia, uma das quais é uma múmia de Horsurkhet ou Sukhetsahor, que pertenceu à coleção do marquês de Angeja, no último quartel de XVIII e que, na segunda metade do século XIX, integrou as coleções do duque de Palmela até que foi oferecida à instituição. Ou o sarcófago de Pabasa. O museu está encerrado ao

público desde 19 de abril de 2022 para obras de requalificação, contudo, como explicou o diretor António Carvalho, antes do encerramento, “as três pessoas mumificadas existentes na coleção encontravam-se expostas na exposição ‘Antiguidades Egípcias’, duas dentro dos seus respetivos sarcófagos ou cartonagens e uma enfaixada”.

O Museu de Lagos tinha os exemplares provenientes de escavações recentes realizadas no município — cerca de 155 esqueletos de origem africana que, como explica a diretora Elena Morán, “têm vindo a ser depositados, com fins de investigação especializada, em centros de investigação de referência em antropologia biológica, mais concretamente nos laboratórios das Universidades de Évora e de Coimbra”. Encontrados na lixeira da cidade, foram enviados, sobretudo, para o Laboratório da Universidade de Coimbra para serem estudados e remontados, depois de limpos. “Estes esqueletos de pessoas que foram escravizadas e a quem foram retiradas as identidades individuais merecem que as investigações prossigam para que alguma identidade lhes seja devolvida. Temos cuidado para que as investigações não parem”, defende Morán, dizendo também que “não são passíveis de devolução porque não se sabe sequer de onde vieram os corpos, já que as análises químicas não permitem identificar os locais de origem. O fundamental é aprofundar a investigação para dar voz às pessoas que foram silenciadas. Estes esqueletos estão a cumprir uma missão”, conclui.

No coração de Lisboa, no Museu Arqueológico do Carmo duas múmias atribuíveis à cultura chancay, datáveis do século XVI, fazem parte do acervo. Encontram-se expostas na sala 4, “devidamente protegidas por uma vitrina adaptada”. Existem lá ainda dois crânios, “que se encontram em reserva, e que integram uma coleção muito diversificada de objetos cerâmicos e metálicos, atribuíveis às culturas asteca, chancay, chimu, mochica e o tajin, adquiridos pelo conde de São Januário em 1879, nos mercados locais de antiguidades, enquanto prestou serviço diplomático no México e no Peru, e por ele oferecidas em 1880 ao Museu Arqueológico do Carmo, onde têm sido expostas desde então”. Um sarcófago com uma múmia egípcia, datado de época ptolemaica (c. 440 a.C.), “oferecido ao museu em 1930 pela Casa Liquidadora, uma antiga leiloeira de Lisboa, em muito mau estado” completa o acervo de remanescentes humanos desta instituição.

Para Célia Nunes Pereira, conservadora do Museu Arqueológico do Carmo, “a exposição de restos humanos obriga a reflexão sobre o necessário balanceamento a ter entre conhecimento científico e reserva de intimidade”. Diz que no caso deste museu, “feita a referida ponderação, sempre sobreleveu e continua a sobrelevar a dimensão do acesso ao conhecimento; o mesmo se passa, aliás, na generalidade dos museus com coleções equivalentes em todo o mundo e nomeadamente nos atuais territórios e países de origem destas múmias (Egito e Peru)”. E completa, afirmando que “pelo contrário, estudar e expor estas peças cuja identidade própria (no sentido da sua vida e personalidade específica) se encontra perdida para sempre, constitui a melhor e na verdade a única forma de lhes dar voz perante o presente; e, dando-lhes voz, de as respeitar também na sua dignidade; não as conservar (em exposição ou em reserva) é que inexistem a silenciaria”. O arqueólogo e subdiretor do Museu do Carmo, Luís Raposo, acrescenta que têm sido mantidos “contactos com colegas peruanos no

sentido de perceber a sensibilidade local quanto a este tema e todos têm dito que consideram estas múmias como peças de estudo sem quaisquer restrições de exposição pública”.

O Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto reúne coleções didáticas e científicas constituídas pelos vários departamentos da Faculdade de Ciências ao longo de mais de um século. Como explica o gabinete de comunicação, “as coleções refletem as dinâmicas inerentes às práticas científica e de ensino em várias disciplinas, desde o final do século XIX até hoje” e, por isso, “no acervo estão integrados restos humanos, inseridos nas coleções de Arqueologia e Antropologia biológica”.

Restos humanos com idades entre 9 mil anos e alguns séculos e que foram utilizados “no ensino e na investigação na área da Antropologia”. “Maioritariamente provenientes do atual território português, mas também com alguns elementos provenientes dos continentes americano (Argentina, Brasil), asiático (Índia) e africano (Angola, Burkina Faso, Mali, Guiné-Bissau e/ou Guiné, Mali, Moçambique)”. É explicado ainda que se encontram “em reserva, salvaguardados com as devidas condições de acondicionamento” e que “a sua manipulação ocorre apenas quando existe uma solicitação para investigação”.

CAMINHOS DISTINTOS

Lá fora a situação é bem diferente. Como explica a investigadora do MNHC Fernanda Lourenço de Carvalho na dissertação de mestrado intitulada “A coleção colonial de restos humanos no MUHNAC: missão antropológica de Moçambique”, “a operacionalização legal (do processo de restituições) pode ser assumida pela Native American Graves Protection and Repatriation Act, o NAGPRA, de 1990, que mais do que uma lei, é considerada uma era de mudanças profundas da sociedade e nas práticas museológicas norte-americanas”. Este diploma legal “prevê a repatriação e destinação de restos humanos de nativos americanos, objetos funerários, objetos sagrados e objetos de património cultural”, reconhecendo que “os restos humanos e outros itens culturais removidos de terras federais ou tribais pertencem, em primeira instância, a descendentes diretos, tribos indígenas e organizações nativas”.

Fernanda Lourenço de Carvalho deixa ainda um alerta: “É preciso olhar para os dois lados do jogo político do poder: as comunidades originais e as de destino (entendidas como os museus). Ambas têm seus próprios argumentos para manter as peças coloniais. E o equilíbrio entre os argumentos é que tece um diálogo mais coeso, rico e complexo. Se de um lado os museus não querem perder o seu espólio e usam da ideia de salvaguarda para legitimar as suas coleções, do outro as comunidades de origem buscam pelo valor do objeto e a sua relevância cultural.”

Mas o assunto está longe de estar resolvido. Há dois anos, Ricardo Roque escrevia um artigo no “Público” uma importante contextualização do problema. “Existem milhares de restos humanos em coleções de museus por todo o mundo. A razão principal para a existência destas coleções reside no valor que lhes foi atribuído no passado — e ainda lhes é atribuído no presente — enquanto objetos científicos. São esqueletos; cérebros; fios de cabelo; múmias; amostras de sangue — mas, sobretudo, um grande número de crânios humanos das mais variadas proveniências. Desde finais de 1700, mas de forma acentuada entre as décadas de 1850 e 1920, muitos destes crânios

viajaram para a Europa desde lugares distantes, de África, Ásia, América ou Oceânia. Estas viagens dos ossos para museus foram consequência das relações de poder e conquista dos impérios coloniais europeus, animados por nacionalismos bélicos e inflamados. Não surpreende por isso que o seu percurso tenha deixado rasto de abusos vários, tão complexos nos seus motivos e circunstâncias quanto atrozes nos seus efeitos. Abundam casos de cemitérios profanados; sepulturas saqueadas; inimigos decapitados; cadáveres desviados do hospital para a sala do anatomista. Enfim, indícios existem de um fenómeno global de usurpação e tráfico dos ossos dos outros, capaz de ligar uma aldeia no Bornéu a um museu em Paris. Os restos humanos em museus são um exemplo pungente e visceral de tempos coloniais e raciais, com e contra os quais precisamos de saber viver no presente.”

Na Bélgica, o Museu de Tervuren lançou o projeto HOME (Human Remains Origin (s) Multidisciplinary Evaluates) para avaliar os antecedentes históricos, científicos e éticos dos restos humanos que existem na instituição e com o objetivo de “informar as autoridades dos seus possíveis destinos finais”. No site do museu que guardou exemplares de uma das mais violentas colonizações europeias, a questão começou a ser levantada há já duas décadas, a propósito de um crânio de um congolês que chegou ao país classificado como um “espécime científico”. O tema foi debatido no Parlamento belga em 2016 e em 2019 foi aprovada uma resolução a favor da repatriação dos restos mortais humanos recolhidos durante o período colonial, porque, como se pode ler na página eletrónica de Tervuren, “o que para os museus é um objeto, para as comunidades originais é um antepassado, um ser humano”. Contactada pelo Expresso, a direção do museu diz que o projeto foi concluído, esperando-se para breve a divulgação das conclusões.

“A considerar a sensibilidade que o tema aflora — provoca dor e sofrimento por tratar-se de pessoas falecidas, pela possível violência da morte, cemitérios e sepultamentos profanados, retirada do remanescente da sua origem, apropriação dos ascendentes do ‘outro’ etc. —, partimos da ideia de que remanescentes humanos em museus, particularmente de indígenas, provoca tristeza e grande descontentamento a esses povos e mesmo desacordo e enfrentamentos políticos. Nesse sentido, o diálogo é necessário, mas deve ser construído”, escreveu a museóloga e investigadora do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade

O Museu de Lagos tinha cerca de 155 esqueletos de origem africana encontrados na lixeira da cidade

de São Paulo Marília Xavier Cury, que este ano esteve em Portugal a visitar várias instituições nacionais no âmbito de uma pesquisa sobre como estas estão organizadas, num texto intitulado “Repatriamento e remanescentes humanos — musealia, musealidade e musealização de objetos indígenas”.

Como se percebe, o debate é antigo, tendo vivido há dois séculos um momento emblemático quando Sarah Baartman, mulher negra originária da atual África do Sul, nascida no fim do século XVIII e que viria a morrer em 1815 depois de passar anos sendo exibida em feiras europeias de “fenómenos bizarros humanos”. O seu cérebro, esqueleto e órgãos sexuais continuaram a ser exibidos num museu de Paris até 1974 e os seus restos mortais só regressaram a África em 2002, quando a França acedeu a um pedido de Nelson Mandela.

Ao Expresso, António Pinto Ribeiro, afirma que “a restituição e devolução de objetos, arquivos e restos mortais de corpos aos seus legítimos proprietários ou descendentes, coloca-nos face a um dilema civilizacional”. “Não sendo um problema novo, tomou uma dimensão a que não é possível que governos, museus, colecionadores, cidadãos possam ignorar”, refere. Classifica mesmo o processo como sendo “irreversível”: “Trata-se assim para os países herdeiros dos impérios regidos pelo escravismo e colonizadores de pretenderem ignorar as independências de povos e de países e a revisão da história eurocêntrica ou de cumprir e fazer cumprir um último passo para a descolonização do mundo.”

“No caso particular da devolução de restos humanos de corpos, a maioria dos quais oriundos de populações que foram escravizadas ou colonizadas, foram sujeitas a um tráfico comercial, expostas como objetos fetiche de entretenimento ou como troféus de guerra ou utilizados como objetos de experiências científicas, estes devem ser devolvidos aos legítimos herdeiros, sejam Estados ou comunidades”, defende o investigador do Centro de Estudos Sociais de Coimbra. Justifica afirmando que “estes restos mortais antes de serem considerados ‘amostras’ foram corpos de indivíduos com identidade própria e como sabem bem os patologistas ‘os corpos falam e reclamam’”, por isso diz que “nenhum pretexto de cientificidade ou museografia se pode sobrepor à reserva que o mesmo merece e à negação da sua exposição pública e de vassa conforme o indicam as múltiplas decisões das instâncias internacionais da museografia e o imperativo ético do cuidar do outro, ainda que já sem vida”.

Para focar a “ferida” que o tema pode causar em Portugal, Pinto Ribeiro sublinha que “as famílias portuguesas que tiveram familiares seus mortos nas guerras coloniais sabem da importância de serem elas a dar-lhe a sua sepultura e não se imagina a dor permanente daquelas que nunca tiveram a possibilidade de os resgatar e de lhes dar a sepultura própria. Para estes casos já começou em vários países o processo de restituição dos ‘insepultados’, em alguns casos com a colaboração estreita entre as instâncias governamentais e comunidades reclamantes dos restos mortais”, mas, avança ainda, “Portugal está muito longe de ter processado o seu processo de descolonização interna, aquele que lhe permitirá fazer a paz com o seu passado”. Uma forma talvez de finalizar a viagem de regresso, num percurso inverso ao que há mais de um século levou duas cabeças-troféu à estação de caminhos de ferro das Devesas. ●

E

A Revista do Expresso

EDIÇÃO 2632
6/ABRIL/2023

A guerra dos ossos

A restituição de obras de arte e objetos etnológicos é um dos mais acesos debates internacionais do momento. Mais ainda quando se trata de despojos humanos. Portugal tem pelo menos oito instituições com remanescentes extraeuropeus e a discussão sobre como lidar com esse tema está atrasada
Por Christiana Martins (texto)
e Ana Brígida (fotografias)



Cabeça originária

USE ESTE CÓDIGO EM LEITOR.EXPRESSO.PT OU EM
CODIGO.EXPRESSO.PT PARA LER OS CONTEÚDOS

+
Cinema
Memórias
portuguesas de
"O Último Tango
em Paris"
Por Jorge
Leitão Ramos

E